



**KUWUKA JDA – JUVENTUDE DESENVOLVIMENTO
E ADVOCACIA AMBIENTAL**

RELATÓRIO NARRATIVO ANUAL

ANO 2014

Prefácio

A KUWUKA JDA Juventude Desenvolvimento e Advocacia Ambiental é uma organização moçambicana da sociedade civil que visa contribuir para o desenvolvimento sustentável e integrado, e governação participativa dos recursos naturais, através da promoção de acções de capacitação e fortalecimento da sociedade para uma activa participação nos processos de tomada de decisão, através de reflexão e busca de metodologias, estratégias e soluções sustentáveis face aos desafios presentes e futuros, transformando-os em oportunidades de desenvolvimento para o bem-estar social, económico e ambiental.

Objectivo Estratégico 2010-2014: Promover o desenvolvimento comunitário integrado economicamente e socialmente sustentável, através da governação participativa para a gestão sustentável da terra e dos recursos naturais, boa governação, advocacia ambiental, económica e social e capacitação institucional.

Visão: Sociedade participando no processo de desenvolvimento sustentável e integrado com equidade social, económica, ambiental, boa governação e gestão racional dos recursos naturais.

Missão: Contribuir para o desenvolvimento sustentável e ambientalmente equilibrado, promovendo capacitação, estudos e advocacia para governação participativa na gestão dos recursos naturais para o desenvolvimento.

Em 2014, a KUWUKA JDA desenvolveu acções centradas nos quatro pilares programáticos, nomeadamente:

Governação Participativa dos Recursos Naturais - visando a promoção da participação pública de uma sociedade informada na governação dos recursos naturais e extractivos, para o desenvolvimento sustentável, respeitando os direitos e deveres dos cidadãos a vários domínios e níveis, destacando-se pelas acções de fortalecimento de capacidades dos cidadãos por via organizações da sociedade civil, organizações comunitárias de base, líderes locais e comunitários, decisores públicos e comunidade académica, no domínio do quadro legal sobre recursos naturais e extractivos, incluindo a ITIE.

Advocacia e lobbying - com vista a uma participação da sociedade na monitoria de políticas e influenciar processos de tomada de decisão, demandando o respeito e aplicação correcta de políticas, legislação e programas de desenvolvimento.

Desenvolvimento Comunitário – visando a participação activa das comunidades locais e respeito pelos seus direitos a terra e recursos naturais de que dependem para seus meios de vida, incluem-se acções de educação ambiental, saúde pública, gestão comunitária dos recursos naturais, conservação ambiental

Estudos e Pesquisa - com vista a documentar e analisar evidências e recomendar boas práticas a quem de direito. Os estudos servem de ferramenta para compreender as dinâmicas locais e orientam no desenho de acções e intervenções programáticas, também servem de base para documentação de evidências para o debate e advocacia orientada em evidências.

O Presente relatório reporta de uma resumida as actividades realizadas no 2014 por cada pilar e projecto. Os relatórios detalhados por projecto podem ser consultados nos respectivos relatórios anuais por projecto.

RELATÓRIO NARRATIVO ANUAL DO EXERCÍCIO 2014

Seguidamente são descritas as actividades desenvolvidas por pilar.

1. Pilar de Governação Participação dos Recursos Naturais

1.1. Engajamento da Sociedade nos Processos Relacionados com Industria Extractiva com Enfoque nos Impactos Ambientais e Sócio-economicos

Inserido no contexto de apoio e trabalho com organizações da Plataforma da Sociedade Civil para Recursos Naturais e Industria Extractiva, desenvolvido em parceria com a WWF Moçambique, gerido por esta, e financiado pela embaixada da Noroega; a KUWUKA JDA implementou uma das componentes do projecto, enquanto outras organizações baseiadas nas provincias de Tete nomeadamente a Associação para Sanidade Ambiental (ASA), Nampula, KULIMA e Cabo Delgado, Associação Meio Ambiente (ama) e Agência de Desenvolvimento Local (ADEL) Cabo Delgado, e baseiadas na cidade de Maputo, o Centro Terra Viva na qualidade de hospedeiro da plataforma e a Rede Uthende (Ruth) que implementaram outras componentes. À KUWUKA JDA coube-lhe a implementação da componente de fortalecimento da sociedade civil na provincia de Nampula, cujos objectivos eram: promover uma sociedade civil activa e informada que influencia o governo no desenvolvimento e implementação de politicas e as empresas para o cumprimento dos direitos das comunidades locais e padrões internacionais, assegurando impacto minimo sobre os ecossistemas e pessoas no desenvolvimento das actividades extractivas e petroliferas; apoiar a criação e/ou fortalecimento de grupos de trabalho sobre industria extractiva na provincia de Nampula, e especificamente nos distritos de Moma, Larde e Angoche; e sua capacitação sobre legislação, mediação, negociação e impactos ambientais, direitos das comunidades, reassentamentos, participação e consultas públicas, bem como recolha de informação e evidências face as violações dos direitos das comunidades no contexto da Industria Extractiva; e treinamento das comunidades sobre seus direitos, no âmbito da participação publica, impactos ambientais, reassentamentos, ITIE, etc.

Resultados e Impactos

Realizado um encontro com a Rede de Agricultura e Recursos Naturais da Plataforma Provincial das Organizações da Sociedade Civil de Nampula, na cidade de Nampula, para o diagnóstico participativo das necessidades de capacitação no contexto dos direitos das comunidades locais e dos impactos da indústria extractiva sobre as comunidades.

Realizado um encontro com a plataforma de Angoche e com as comunidade afetada de Chalaua, para recolha de evidências sobre violações de direitos das comunidades no contexto da industria extractiva.

Capacitados membros das plataformas distritais de Moma, Larde e Angoche em “direitos das comunidades, reassentamentos, participação e consultas públicas”, com a finalidade de fortalecer capacidades da sociedade civil e das comunidades para uso da informação e evidências recolhida, para negociação nos espaços de tomada de decisão.

Foram capacitados 20 participantes entre membros das organizações comunitárias de base, entre elas pescadores, mulheres, jovens, líderes comunitários, sendo, 14 homens e 6 mulheres.

Para além de matérias ligadas aos direitos das comunidades, reassentamentos, participação e consultas públicas, os participantes foram treinados em temas sobre “governança dos recursos naturais e transparência”, “historial da ITIE” e oportunidades e desafios da ITIE para a sociedade civil”.

No que diz respeito a recolha de informação e evidências face às violações de direitos das comunidades no contexto da indústria extractiva, foram feitas as seguintes visitas: visita à aldeia de Muticomoma em Moma (onde está instalada a fábrica Kenmare), onde se constatou que as casas construídas pela Kanmare no âmbito do reassentamento da comunidade, são precárias, pequenas para o tamanho das famílias e com evidências claras de início de degradação das mesmas, falta de água potável para as comunidades, restrito acesso a terra e aos recursos florestais, uma vez que a área foi concessionada à mina.

Visita à comunidade de Namaue afectada pela instalação da fábrica de exploração de áreas pesadas de Angoche, Hayo Mining, onde os membros da comunidade partilharam a problemática de usurpação de terra de alguns membros da comunidade, incluindo líderes locais, para instalação de uma fábrica de exploração de areias pesadas da Hayo Mining. A comunidade reclama o facto de a instalação da fábrica ter sido feita sem consulta comunitária.

As actividades deste projecto transitaram para o ano 2015, onde estava previsto a realização de uma capacitação em Agoche e para as comunidades afectadas em Larde.

1.2. Capacitação da Sociedade Civil sobre Iniciativa de transparência na Indústria Extractiva – ITIE

Implementado com apoio financeiro do Banco Mundial, com objectivo de contribuir para a massificação e disseminação da ITIE, para alargar a base de conhecimento da ITIE pelos cidadãos, para que possam participar com conhecimento no debate sobre transparência e prestação de contas na gestão de receitas provenientes da indústria extractiva e da coisa pública no geral, para além de disseminar a demais legislação ligada a indústria extractiva. Estas capacitações foram realizadas nas províncias de Cabo Delgado, Tete e Nampula, por serem províncias que registam até então, maior actividade mineira.

Especificamente, o projecto visava, (1) alargar o envolvimento da sociedade civil e sua diversidade no processo de ITIE, através da capacitação das OSC nas províncias para seu envolvimento activo, para que o processo da ITIE seja mais inclusivo; (2) contribuir para o melhoramento da interacção das redes das organizações da sociedade civil, através da capacitação e disseminação de informação entre OSC, e (3) promover o papel da sociedade civil na demanda para boa governação e transparência na indústria extractiva.

Foram realizadas três capacitações, sendo a primeira na provincia de Cabo Delgado, na cidade de Pemba, a segunda na provincia de Nampula cidade de Nampula, e a terceira na cidade de Tete.

Em Pemba o workshop foi realizado com apoio logístico da Associação do Meio Ambiente (ama). Participaram para além da sociedade civil, representantes de empresas mineiras e petrolíferas, de instituições do Estado ligados ao sector, nomeadamente, a Direcção

Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental, Direcção Provincial dos Recursos Minerais, Direcção Provincial das Finanças (Autoridade Tributária), Secretaria Provincial, Paralegais e membros dos comités comunitários de gestão dos recursos naturais idos dos distritos afectados pela actividade extractiva, mídia, e líderes comunitários.

As capacitações contaram não só com facilitadores da KUWUKA JDA, mas também com outros convidados. Em Cabo Delgado o workshop foi facilitado pelos Srs. Camilo Nhancale e Gilda Homo da KUWUKA JDA, Srs. Júlia Wachave e Valdimiro Manjor do Grupo de Trabalho para Recursos Naturais e Ambiente (GTRNA), Sr. Tomás Vieira Mário do SEKELEKANI e membro do grupo de coordenação da plataforma da sociedade civil para recursos naturais e industria extractiva e o assessor técnico do MIREM pela GIZ, Sr. Pedro Silva.

Na cidade de Nampula, o workshop foi realizado com apoio logístico da Associação Nacional dos Extensionistas (AENA), e para além dos técnicos da KUWUKA JDA, foi facilitado pelos Srs. António Muagerene e António Mutoua da Plataforma Provincial das Organizações da Sociedade Civil de Nampula (PPOSCN), e pelo Sr. Juiz Saturnino Samo na qualidade de activista e colaborador da KUWUKA JDA que apresentou a análise jurídica do Estudo sobre reassentamentos levado a cabo pela KUWUKA JDA.

Na cidade de Tete, o workshop foi realizado com o apoio logístico da Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC) e para além do workshop foi feita uma visita de campo à comunidade reassentada de Mualadzi, que dista a cerca de 40 Km da vila sede de Moatize, e com cerca de 500 famílias reassentadas pela empresa mineira Rio-Tinto. O workshop foi facilitado pela equipe técnica da KUWUKA JDA e pelo Sr Milagre Langa, secretário executivo do secretariado da Iniciativa de Transparência na Industria Extractiva Moçambique (ITIEM), que apresentou sobre a implementação da iniciativa em Moçambique.

Os temas de cada dia dos três dias de workshop em cada uma das provincias foram: Tema 1, Introdução a ITIE e Governação dos Recursos Naturais; Tema 2, ITIE e Oportunidades de Monitoria e Advocacia; Tema 3, Estratégia para o Plano de Comunicação e Disseminação da ITIE. Cada um dos Temas do dia compreendia subtemas específicos a saber: Para o tema 1: Governação dos Recursos Naturais e Transparências, Historial da ITIE, condições de adesão e conformidade, Implementação da ITIE em Moçambique, ue e Estágio Actual e o novo padrão da ITIE; para o tema 2: Novo Padrão da ITIE – Oportunidades e desafios para a transparência e prestação de contas na gestão de recursos naturais em Moçambique, O Papel da Sociedade Civil e Oportunidades de Advocacia no Contexto da Transparência e Prestação de Contas na Gestão os Recursos Extractivos, como analisar relatórios da ITIE, e Exploração dos Recursos Naturais e Extractivos e seu Impacto sobre as Comunidades Locais e finalmente tema 3: Estudo sobre a Análise Jurídico-legal dos Reassentamentos em Moçambique, a ITIE como Mecanismo para a Transparência da Contribuição do Sector Extractivo no Orçamento do Estado e na Economia do País, e Estratégia para o Plano de comunicação da ITIE.

No total, nas três proovincias beneficiaram das capacitações, 89 participantes, sendo 67 homens e 23 mulheres assim distribuidos: 31 participantes em Pemba, sendo 23 homens e 9 mulheres; 30 participantes em Nampula, sendo 24 homens e 6 mulheres; e 28 participantes em Tete, sendo 20 homens e 8 mulheres.

1.3. Emponderamento das Comunidades Locais na Gestão Sustentável dos Recursos Florestais em Manhangane, Matutuine

Com o apoio financeiro do WWF Estados Unidos, através do programa Education for Nature (EFN), o projecto tinha como objectivo fortalecer a capacidade das comunidades locais na gestão sustentável dos recursos florestais da localidade de Manhangane, Posto Administrativo da Catuane, distrito de Matutuine.

O projecto revitalizou e fortaleceu 7 Comités Comunitários de Gestão de Recursos Naturais da localidade de Manhangane, entre homens, mulheres, jovens, velhos e líderes comunitários das comunidades de: Gabriel, Chalene, Mugolombe, Grionde, Manhangane A, Manhangane B e Voco Voco.

Foram realizados dois workshops de capacitação, sendo o primeiro de revitalização dos comités e o segundo de formação e eleição dos órgãos sociais do fórum dos comités comunitários de gestão dos recursos naturais, com a finalidade de estabelecer uma rede dos comités, coordenação, comunicação, partilha de informação e maximização das actividades dos comités. Cada comité comunitário de gestão dos recursos naturais conta com um presidente e vice presidente; o fórum dos comités de gestão tem como órgãos um presidente, um vice-presidente e um secretário.

No total, beneficiaram das capacitações 99 membros dos comités comunitários de gestão dos recursos naturais, sendo 49 mulheres e 50 homens. Destes, 61 participantes, sendo 32 mulheres e 29 homens que participaram no primeiro workshop; e no segundo workshop, 38 participantes, sendo 17 mulheres e 21 homens.

1.4. Preparação Social e Monitoria do Processo de Reassentamento das Comunidades de Mudada e Mudissa em Matutuine

O projecto visava mobilizar, consciencializar e capacitar as comunidades de Mudada e Mudissa, sobre seus direitos e deveres, com vista a sua participação activa no processo do seu reassentamento pela fábrica de cimento CIF-MOZ. A finalidade do projecto era desenvolver capacidades para monitoria e acompanhamento do processo de reassentamento pela comunidade bem como para conhecimento dos seus direitos de uso e aproveitamento de terra e o Regulamento do Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas, aprovado em Agosto de 2012 pelo governo. Adicionalmente, o projecto visava a realização da preparação social das comunidades locais através de estabelecimento de fóruns comunitários de monitoria e acompanhamento da implementação do plano de reassentamento, para além de advocacia e rastreio das actividades realizadas no âmbito do processo de reassentamento. Deste modo, o projecto pretendia fazer o acompanhamento do processo e aferir como é que o processo de reassentamento foi conduzido desde o início, como estava sendo conduzido, junto das entidades competentes e responsáveis, respectivamente o governo distrital e a fábrica de cimento CIF-MOZ.

Especificamente o projecto pretendia: a) avaliar o plano de reassentamento e seu alinhamento com o Regulamento do Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas bem como dos padrões recomendados internacionalmente (Ex. Directivas do Banco Mundial); b) analisar o processo da elaboração do plano de reassentamento, como foram envolvidas as partes afectadas, interessadas e parceiros; c) monitorar a implementação do

Plano de Reassentamento, critérios usados para determinar a compensação/indenização; a escolha do tipo de casa e o grau de satisfação das comunidades locais em relação ao processo; d) conduzir a preparação social das comunidades locais para conhecerem seus direitos e deveres no âmbito de reassentamento à luz da legislação vigente; d) estabelecer e capacitar fóruns comunitários para monitorar, registar e reportar toda a informação relacionada com o processo ao nível da comunidade, incluindo as negociações e/ou transferência das famílias para o local de reassentamento; e) aferir o grau de envolvimento da comunidade no processo de reassentamento, bem como a questão de informação e consentimento prévio; e f) assessorar as comunidades para e influenciar a observância de boas práticas de reassentamento.

Resultados e Impactos

Realizados 8 seminários de preparação social nas comunidades de Mudada e Mudissa onde foram criados e capacitados fóruns comunitários.

Estabelecidos 2 fóruns comunitários compostos por 14 membros cada, em Mudada o fórum é composto por 8 mulheres e 6 homens, e destes 3 são jovens. Em Mudissa o fórum é composto por 8 homens e 6 mulheres, 5 são jovens.

Os fóruns comunitários foram capacitados sobre a Lei de Terras, Lei do Ambiente e o Regulamento do Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas, com enfoque nos direitos das comunidades e a participação pública.

O projecto CIF-MOZ afecta directamente 227 famílias por reassentar, sendo 116 famílias em Mudada e 111 famílias de acordo com os dados dos secretários de Mudada e Mudissa.

Em Mudada 36 famílias estão provisoriamente relocadas em casas provisórias, desde 2007 sem mínimo de condições, construídas com base em estacas e caniço e cobertura de chapas de zinco.

A CIF-MOZ identificou e alocou um espaço localizado a cerca de 6 Km das áreas residenciais, e investidor nunca providenciou transporte para funerais, a comunidade têm que carregar os corpos para percorrer a distância.

Constrangimentos

O plano de reassentamento não foi analisado e nem monitorado, pois não se teve acesso ao mesmo depois de várias tentativas frustradas. Para o efeito foram realizados 8 encontros com o membros do governo distrital e provincial nomeadamente o secretário permanente distrital, director dos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE), director do Serviços Distritais de Planificação e Infraestruturas (SDPI), chefe do departamento de construções dos SDPI, a chefe do Posto Administrativo da Bela – Vista e o chefe do departamento de Ordenamento Territorial da Direcção Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental (DPCA) de Maputo. Todas os contactados afirmaram que não tinham o plano de reassentamento, mas sabiam da sua existência, apontando que estava com uma outra instituição. A título de exemplo, no Departamento de Ordenamento Territorial da DPCA Maputo, a informação foi de que o plano de reassentamento estava na posse do administrador do Distrito. Por sua vez a administração do distrito através de secretário permanente, apontou que o plano estava nos SDPI, e os SDPI afirmaram que não tinham o plano de reassentamento.

Adicionalmente, não conseguiu-se nenhum encontro conjunto entre o governo, investidor e a comunidade, devido a dificuldades para reunir as três partes simultaneamente, uma vez que não se conseguiu ter acesso ao investidor e ao ponto focal do governo/fábrica/comunidade, mesmo com várias tentativas para o efeito. Os representantes da CIF-MOZ, mostraram-se indisponíveis a receber a KUWUKA JDA para esclarecimentos sobre o seu projecto de reassentamento.

2. Pilar de Desenvolvimento Comunitário

2.1. Promoção da Protecção Social e Trabalho Informal no Seio da População de Rua

Implementado em parceria com a LVIA; iniciado em 2011 e terminado no final do primeiro semestre de 2014. Neste período, o projecto tinha como actividades a realização de visitas domiciliárias e preparação da formação dos beneficiários em gestão de pequenos negócios no âmbito da reinserção profissional dos catadores, para além de colaboração nas actividades conjuntas com a LVIA, sendo a destacar encontros de coordenação com os catadores e as actividades desenvolvidas por estes; lançamento da Campanha de Promoção de Saúde e Higiene Ambiental no Município de Maputo; encontros do Comité de Gestão do projecto; preparação e participação no último seminário anual do projecto; e na realização da Monitoria e avaliação do projecto.

Resultados e Impactos

Acompanhamento das Actividades dos Catadores

Foram realizadas várias visitas rotineiras aos membros da COMSOL (Cooperativa para Soluções Ambientais de Maputo), para acompanhamento da actividade de separação de resíduos sólidos colectados, pesagem, registo e armazenamento, acompanhamento das aulas de alfabetização e dos encontros de planificação, coordenação e balanço.

Encontros do Comité de Gestão do Projecto

Participação em dois encontros do comité de gestão, para coordenação com maior enfoque na preparação do último seminário anual do projectos, que culminou com o fecho do projecto.

Reinserção Profissional

Realizadas visitas aos acampamentos dos catadores, que culminaram com um encontro com todos os catadores que não forma integrados na cooperativa COMSOL e convidados para o efeito de reinserção profissional. Depois de pré-seleccionar os catadores, foram realizadas visitas domiciliárias para apurar o nível de interação destes com as suas famílias para posterior reinserção profissional. A reinserção profissional de catadores, consistiu em formação de um membro da família do catador em gestão de pequenos negócios, identificação do negócio viável pelos beneficiários, e financiamento do negócio. Beneficiaram da reinserção social um total de 10 catadores e suas familias.

Formação em Gestão de Pequenos Negócios

Realizado na secretaria do bairro de Maxaquene A, com o objectivo de dotar os beneficiários de ferramentas básicas para o desenvolvimento de negócios baseado em produtos da primeira necessidade, identificados pelos beneficiários de acordo com a sua localização e os clientes por alcançar.

Os produtos mais preferidos para pequenos negócios foram: óleo, feijão, amendoim, carvão, chá, farinha de milho, peixe, açúcar, sabão, detergente em pó (omo, kleen, etc), caldos, sabonetes, vinagre, lâmpadas, bolachas e pipocas.

Entrega dos Kits para a comercialização no âmbito da reinserção profissional

Feita no na secretaria do bairro de Maxaquene A, local onde ocorreu a formação, os catadores e as respectivas famílias, receberam Kits com os produtos escolhidos, entregues pela coordenadora do projecto Sra. Gilda Homo, com apoio dos activistas, e contou com a presença do representante do secretário do bairro de Maxaquene A.

2.2. Educação em Saúde Pública e Construção de Latrinas nas escolas em Catuane

Iniciado em 2013, financiado pela cooperação Francesa, o projecto visava contribuir a educação da comunidade sobre saneamento do meio e saúde pública, na perspectiva de educação ambiental, a partir das escolas no Posto Administrativo de Catuane, distrito de Matutuine, província de Maputo. Beneficiaram do projecto seis escolas, nomeadamente: Escola Primaria de Catuane-Sede, Escola Primária de Zicale, Escola Primaria de Txutxa, Escola Primaria de Manhangane, Escola Primária de Ncassane e Escola Primária de Maduvula II.

A implementação foi entre Fevereiro de 2013 a Outubro 2014, com os seguintes objectivos: a) contribuir para o melhoramento das condições de higiene pública e saneamento do meio no seio da comunidade escolar em seis escolas do Posto Administrativo de Catuane; b) educar, consciencializar e sensibilizar a comunidade escolar e as comunidades locais em regras básicas de saneamento do meio, higiene e saúde pública; c) construir latrinas melhoradas em seis escolas primárias e melhorar habilidades profissionais de artesãos locais.

No ano 2014 destacaram-se as seguintes actividades: a) conclusão da construção de latrinas; b) sensibilização das comunidades em regras básicas de higiene individual e colectiva, c) formação de grupos mistos, d) visitas de monitoria do projecto, e) inauguração e entrega oficial das latrinas ao governo local.

Sensibilização das Comunidades e Formação dos Grupos Mistos

Foram realizadas sessões de sensibilização das comunidades e formados grupos mistos para monitoria do uso e conservação das latrinas, bem como a sensibilização das famílias para a construção das latrinas, os grupos mistos são constituídos por membros da comunidade entre encarregados de educação; os grupos mistos têm também a responsabilidade de zelar pela observância das regras básicas de higiene individual e colectiva no seio da comunidade.

As sessões de sensibilização foram realizadas em coordenação com os conselhos de escola, os Serviços Distritais de Educação Juventude e Tecnologia e os Serviços Distritais de Saúde Mulher e Acção Social, como parceiros do projecto.

Entrega Oficial das Latrinas ao Governo Local

A inauguração e a entrega oficial das latrinas foram realizadas em Outubro de 2014 na Escola Primária Txutxa em representação de todas as escolas beneficiárias. Participaram do evento, os representantes da Cooperação Francesa, o chefe do Posto Administrativo de Catuane, professores, alunos, directores das escolas, membros da comunidade local e dos grupos mistos, para além da cobertura dos média, nomeadamente RM e Ngungu TV.

Constrangimentos

No início do projecto, a comunidade não percebia a filosofia do projecto sobre a contribuição e colaboração da comunidade na implementação do projecto, exigindo pagamentos monetários para colaborar na construção das latrinas. Para ultrapassar este constrangimento, o projecto viu-se obrigado a dar algum incentivo às comunidades como camisetas para abertura de covas e tirar água para a construção das latrinas. Adicionalmente, foram realizados vários encontros com as autoridades locais que ajudaram a clarificar a comunidade da importância do projecto para a melhoria do modo de vida das comunidades e a necessidade da sua colaboração e sensibiliza-la de modo que esteja consciente que para desenvolver deve dar o seu contributo. Como resultado, no final houve muito mais membros da comunidade colaborando na construção das latrinas.

2.3. Apoio à Consolidação da Plataforma de OCBs do Bairro de Maxaquene A na Defesa ao Direito à Habitação

Implementado em parceria com a ESF, no âmbito do apoio as comunidades de Maxaquene A na defesa do direito a terra e a habitação, para o fortalecimento da Plataforma para operar de forma sustentável e alavancar as suas actividades no Bairro de Maxaquene A e nos outros bairros do Distrito Municipal Ka Maxakeni, através da consolidação do funcionamento e identificação e análise da viabilidade de estabelecimento de uma rádio comunitária no bairro.

Resultados e Impactos

Realizados encontros de coordenação e planificação focalizados na atribuição de responsabilidades e divisão de tarefas entre os membros da plataforma; planificação de actividades em conjunto entre o secretariado da plataforma e os restantes membros da plataforma, capacitação dos membros da plataforma capacitados em elaboração de projectos sociais

Estabelecimento de um escritório da plataforma e respectivo funcionamento e eleição do novo secretariado e respectiva operacionalização; apresentação da plataforma às lideranças locais e a comunidade de Maxaquene A.

Implementação de um micro-projecto pela plataforma, financiado pela KUWUKA JDA/ESF sobre gestão de resíduos sólidos urbanos e sensibilização da comunidade no Bairro de Maxaquene A. Referir que omicroprojecto foie elaborado no âmbito da capacitação levada a

cabo pela KUWUKA JDA/ESF para membros da plataforma em elaboração de projectos, que culminou com um trabalho prático de elaboração de uma proposta de projecto, onde foi seleccionado o melhor projecto, cuja implementação foi conjunta.

Realizado um estudo de base sobre a forma como os municípios do Bairro de Maxaquene A, fazem a gestão os seus resíduos sólidos urbanos que produzem.

Realizado um estudo de viabilidade para a implantação de uma rádio comunitária como mecanismo adequado para sensibilização no combate a problemáticas do bairro de Maxaquene A.

2.4. Apoio ao Bairro de Maxaquene A Através da Criação de um Sistema de ifusão Comunitário e o Fortalecimento da Plataforma de OCBs

Também implementado com a ESF, O projecto constituiu uma continuidade do projecto de apoio à consolidação da plataforma de OCBs do Bairro de Maxaquene A na defesa do direito à habitação; visa estabelecer uma Rádio Comunitária no bairro de Maxaquene A e expender o trabalho sobre o direito à habitação para outros bairros do Distrito Municipal Ka Maxakeni, com a Plataforma para o Desenvolvimento de Maxaquene A, tendo iniciado em Novembro de 2014 e transitado para o ano 2015.

Especificamente, o projecto visa a) incrementar as capacidades da comunidade de Maxaquene A criando mecanismos de coesão social para combater às problemáticas do bairro através de ferramentas de comunicação; b) fortalecer a defesa do direito à habitação da população face ao Plano Urbanístico do bairro de Maxaquene A, dotando a plataforma de conhecimentos jurídicos e técnicos

3. Pilar de Estudos e Pesquisa

3.1. Reassentamentos em Moçambique: Estudos de Caso de Moma, Cateme e Parque Nacional do Limpopo e sua Análise Técnico Jurídico.

A pesquisa sobre reassentamentos em Moçambique, visou a documentação de lições aprendidas em três casos de reassentamentos, sendo dois resultantes de megaprojectos na industria extractiva (Larde pela Kenmare Resources e Cateme pela Vale Moçambique) e um rsultante de estabelecimento e uma área de conservação (Parque Nacional o Limpopo). A análise técnico jurídico dos reassentamentos serviu-se dos três estudos de caso e pretende contribuir com recomendações que ajudem a orientar o debate sobre a regulamentação dos processos de reassentamentos, identificar e propôr mecanismos legais que possam ser usados pelas comunidades afectadas para reclamarem seus direitos

O estudo constitui uma contribuição uma reflexão e debate entre os diferentes intervenientes, (Estado, sector privado e sociedade civil) que leve ao melhoramento dos processos de reassentamentos futuros, incluindo a correcta aplicação dos instrumentos legais, bem como os mecanismos legais que as partes afectadas e interessadas possam usar em caso de verem seus direitos não respeitados.

3.2. Investimentos de Terra de Grande Escala, Segurança da Posse e Estratégias de Subsistência das Comunidades Locais: Exemplos do ProSavana em Moçambique

Este estudo é parte de projecto regional na África Austral, com a participação de Moçambique, Malawi, Zimbabwe, Namíbia, Zâmbia e África do Sul, coordenado pela Universidade de Western Cape, Instituto de Estudos Agrários e Pobreza (PLAAS) da África do Sul. O estudo visa investigar megaprojectos na área de terras, especificamente os que tem potencial de usurpação de terras. Em Moçambique o projecto é implementado pela KUWUKA JDA, com um estudo de caso sobre o ProSavana, visando perceber e analisar as dinâmicas do envolvimento das comunidades locais no processo do projecto ProSavana nas províncias afetadas. Nestes termos, foi realizado um trabalho de campo em Nampula, especificamente nos distritos de Malema, Ribáue e Monapo, para a recolha de dados. Do projecto foi produzido um capítulo sobre o que os camponeses testemunharam sobre seu entendimento do ProSavana e da usurpação de Terras que tem sido vítimas e também, do apoio que tenham recebido do ProSavana. O capítulo, constitui uma contribuição para um livro editado pelo PLAAS com exemplos de todos os países envolvidos. Ainda no âmbito do estudo a KUWUKA JDA participou em um seminário técnico da equipe de investigação do projecto em Cape Town e numa conferência internacional sobre terras em Stellenbosch.

3.3. Avaliação da participação da Sociedade Civil na Implementação da Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva em Moçambique

Encomendado pela Southern Africa Resource Watch (SARW) um projecto da OSISA (Open Society Initiative for Southern África), a pesquisa visava avaliar a participação da sociedade civil na implementação da ITIE nos países implementadores na África Austral (Moçambique, Zâmbia, Tanzania e República Democrática do Congo), para partilha de experiências. Os resultados da pesquisa foram apresentados num seminário realizado em Lusaka, onde participaram representantes da sociedade civil e dos governos. De referir que Moçambique esteve representado pela KUWUKA JDA que apresentou o estudo de caso de Moçambique. Participaram como convidados de Moçambique o CIP, IMPROG e um representante do coordenador da ITIE em Moçambique. Todos os estudos convergiram no facto de a ITIE ter contribuído para abertura e diálogo entre governo e sociedade civil à volta da transparência, e trazido a publicação rumo ao transparência das receitas do sector extractivo, contudo, sem responder a necessidade de prestação de contas aos cidadãos sobre a utilização das receitas.

4. Pilar de Advocacia e Lobby

No âmbito deste pilar a KUWUKA JDA desenvolveu actividades no âmbito do seu engajamento na Plataforma Nacional da Sociedade Civil para Recursos Naturais e Indústria Extractiva, sendo a destacar:

- 1) audiência e participação no encontro com o aessor da Ministra dos Recursos Minerais para discussão do processo de representatividade da sociedade civil no comité de coordenação da ITIEM, onde a sociedade civil exigiu que todos representantes da sociedade civil no comité de coordenação da ITIEM fossem

indicados por esta, a partir da plataforma. O governo aceitou e face a isso os representantes actuais da sociedade civil no comité de coordenação foram indicados pela plataforma da sociedade civil para recursos naturais e industria extractiva; adicionalmente, advocou pela inclusão da sociedade civil na discussão da revisão das Leis de Minas e Petróleos e no processo de produção da proposta de instrumento legal para o projecto de LNG de Cabo delgado, sendo que a este respeito o governo prometeu melhorar a comunicação para o efeito.

- 2) Elaboração dos termos de referência para o comité de coordenação da ITIEM, que culminou, com a materialização da passagem de 2 para 4 membros da sociedade civil indicados pela plataforma da sociedade civil para recursos naturais e industria extractiva, passando a ter o mesmo número de representantes do governo e as empresas e inclusão da figura de observadores (sindicato de jornalistas e Académicos), e ainda em aberto para consultas a inclusão de parlamentares.
- 3) Contribuição com comentários e participação nas discussões sobre a revisão das Leis de Minas e Petróleo;
- 4) elaboração e envio da carta ao Ministro da Agricultura para esclarecimentos sobre o processo de atribuição do DUAT uma área de 7.000 hectares atribuído à ENH-EP em Palma, Cabo Delgado.
- 5) Pronunciamento público da plataforma da sociedade civil para recursos naturais e industria extractiva e exortação ao parlamento sobre o derrame da lama tóxica durante as perfurações da Anarko, no âmbito das suas pesquisas de hidrocarbonetos.
- 6) Com a SARW, lançamento do Southern Africa Resource Barometer para o Fórum Parlamentar da SADC em Harare.

5. Participação em Fóruns e Eventos Internacionais

A KUWUKA JDA têm estado a que participar em eventos de âmbito nacional e internacional, entre capacitações, seminários e workshops que permitem alargar o seu engajamento em redes, bem como o melhoramento das suas capacidades de actuação, sendo a destacar:

5.1. 5ª Sessão Regional do Fórum Consultivo das Organizações da Sociedade Civil e Sector Privado - Tanzania

Realizada entre os dias 21 e 22 de Outubro de 2014, em Zanzibar, a sessão Regional do Fórum Consultivo das Organizações da Sociedade Civil e Sector Privado para gestão sustentável da pesca do atum no sudoeste do oceano Indico, contou com a participação de países membros do Fórum Consultivo das OSC e Sector Privado nomeadamente, Tanzânia, Madagáscar, Moçambique, Quénia e Seychelles tendo estado ausente os representantes das Ilhas Comores.

A KUWUKA JDA, a Livangingo e a WWF Moçambique participaram em representação de Moçambique, na sua qualidade de membros do Fórum das Organizações da Sociedade Civil para a área Marinha e Costeira (FOSCAMC). A KUWUKA JDA esteve representada pela Sra. Gilda Homo ponto focal da KUWUKA JDA no FOSCAM. A Sessão tinha como objectivo avaliar o estado actual da implementação, desenvolvimento e gestão sustentável dos

recursos marinhos e pesqueiros incluindo o atum na região sudoeste do oceano Índico com foco nas contribuições dos actores não estatais.

Um grupo de trabalho de quatro membros foi estabelecido para rever a constituição/princípios orientadores do fórum. A equipa de avaliação inclui KUWUKA JDA, Maurícius Conservation Society, Blue Ventures e MWAMBAO. A equipa deve propor áreas temáticas no contexto da estrutura de governação do ponto de vista técnico.

5.2. Conferência Sobre Visão Mineira Africana - Zâmbia

Realizado em Lusaka, Zâmbia, entre os dias 19-20 de Novembro de 2014; a KUWUKA JDA esteve representada pela Sra. Gilda Homo. A conferência tinha como objectivo avaliar a domesticação e implementação da Visão Mundial Africana (AMV) nos últimos 5 anos, e preparar a posição da sociedade civil para o encontro dos ministros que se realizaria em Zimbabwe. Participaram do encontro representantes dos seguintes países: Uganda, Zâmbia, Zimbabwe, Moçambique, Mauritânia, Camarões e Costa do Marfim.

A conferência concluiu que em vários países africanos a Visão Mineira Africana não é conhecida, porque não é disseminada, e que os governos não têm colaborado com a Sociedade civil para a domesticação da mesma. No final, foi elaborada uma declaração com recomendações e apresentada no encontro dos ministros, emanando as preocupações da sociedade Civil.

5.3. Observação dos Fundos de Investimento Climático (CIF), Programa Piloto de Resiliência Climática (PPCR)

A KUWUKA JDA participou como observador da sociedade civil em representação de África para os CIFs, PPCR, através do Sr. Camilo Nhancale. Os CIFs são geridos pelo Banco Mundial e contam com financiamentos de países desenvolvidos como Estados Unidos da América, Alemanha, Países Baixos, Canadá, França, entre outros, os CIFs subdividem-se em subcomités para energias renováveis, florestas, e resiliência climática. Moçambique é beneficiário dos CIFs, estando a implementar projectos do PPCR. O papel da KUWUKA JDA era de observar as discussões á volta das alocações dos fundos para os países, bem como monitorar o uso dos mesmos em benefício das comunidades afetadas pelas mudanças climáticas, para além de aferir se os países implementadores em África desenvolvem políticas, estratégias e boas práticas de envolvimento da sociedade civil e comunidades locais na utilização dos fundos.

Em 2014 a KUWUKA JDA participou no encontro do sub-comité PPCR na sede do Banco Mundial em Washington DC, e no Partnership Fórum em Montego Bay, na Jamaica. Referir que em Novembro de 2014, a KUWUKA JDA cessou a sua missão como observador para África, e não tendo se recandidatado, embora tinha a prerrogativa de o fazer para mais 3 anos. Assim, a KUWUKA JDA foi solicitada como acessor e parte do comité de selecção dos candidatos a observadores para PPCR em África para 2015-2017, tendo sido responsável pelas entrevistas dos candidatos.

Troca de Experiência sobre a implementação da ITIE em Timor – Leste

Como membro do comité de coordenação da ITIEM, a KUWUKA JDA participou numa visita de troca de experiência com o comité de coordenação de Timor Leste. Moçambique aprendeu do Timor Leste sobre o Fundo Soberano, onde a decisão sobre o uso dos fundos é tomada por um grupo que envolve Governo, Sociedade Civil/Comunidade. Moçambique partilhou a sua experiência sobre publicação de contratos do sector; actualização da legislação sobre a exploração dos recursos extractivos para responder aos desafios; participação da Sociedade Civil no processo.

Segundo Fórum do Maputaland-Pondoland Albany Hotspot (MAPH) - East London

Realizado em Outubro de 2014 em East London, na província Sul Africana de Estern Cape, o 2º Fórum do MPAH, foi organizado pela SANBI (South African National Biodiversity Institute) e a a Wildlands Conservation Trust da África do Sul, com financiamento dos fundos do CEPF (Critical Ecosystem Partnership Fund).

O fórum tinha como objectivos estabelecer uma plataforma de aprendizagem e partilha de experiências relacionadas a projectos desenvolvidos no MAPH hotspot financiados pelo CEPF, e avaliar até que nível o investimento do CEPF contribuiu para a conservação da biodiversidade nas suas áreas estratégicas e bem como a sustentabilidade dos projectos.

De Moçambique participou a KUWUKA JDA, LUPA, ORAM, e VIDA que implementaram projectos financiados pelo CEPF no distrito de Matutuine. A KUWUKA JDA apresentou os resultados do estudo sobre Plano Económico de Desenvolvimento Distrital de Matutuine e Conservação da Biodiversidade, realizado no âmbito do financiamento do CEPF.

Feira Ambiental

A KUWUKA JDA participou na Feira Ambiental realizada em Novembro pelo Fundo do Ambiente (FUNAB) em parceria com o Município de Maputo. A feira foi realizada no âmbito da VII Edição da Feira do Ambiente e a III Exposição Sobre Resíduos Sólidos Urbanos. A KUWUKA JDA expôs trabalhos realizados pelas criações dos Clubes Ambientais Escolares, no âmbito dos 3Rs (Reduzir, Re-utilizar; Reciclar) no contexto da gestão dos resíduos sólidos urbanos.

6. itações

Formações/capac

No âmbito melhoramento de capacidades dos seus técnicos, a KUWUKA JDA tem apostado na formação/capacitação para melhorar o desempenho profissional e técnico. Neste contexto, os técnicos da KUWUKA JDA participaram em alguns treinamentos relevantes para as suas áreas de trabalho, nomeadamente.

6.1. Formação em Monitoria de Contractos do Sector Extractivo pela Oxfam América e Centro de Integridade Pública, Maputo. Benefeciários: Gilda Homo e Tânia Libanze.

6.2. Formação para Formadores de Formadores em ITIE (Iniciativa de Transparência na Industria Extractiva), GIZ/Cooperação Alemã em Moçambique e ITIEM, Maputo. Benefeciários: Gilda Homo e Camilo Nhancale

6.3. Capacitação em Análise de Vulnerabilidade Climática e Capacidades de Adaptação Organizada pela ABIODES, a capacitação visava melhorar o conhecimento dos participantes sobre os impactos das mudanças climáticas em Moçambique e no mundo e melhorar os conhecimentos sobre políticas e estratégias globais e nacionais face às mudanças climáticas.

6.4. Fortalecimento de Capacidades sobre Transparência e Prestação de Contas no Sector Extractivo, fornecida pela PWYP Noroega, e realizada em Kampala, Uganda. Benefeciário: Camilo Nhancale.